

RECURSO ESPECIAL Nº 1.350.770 - MG (2012/0224897-1)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S/A - SULACAP
ADVOGADO : BRUNO BORIS CARLOS CROCE E OUTRO(S) - SP208459
ADVOGADOS : MARIANA BARROS MENDONÇA - MG103751
CAIO LÚCIO MONTANO BRUTTON - MG101649
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA
PROCURADOR : ANA CAROLINA ABDALA LAVRADOR E OUTRO(S) -
MG096881

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Sul América Capitalização S.A. – Sulacap, com amparo no art. 105, III, "a", da CF/88, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado (e-STJ, fl. 1.455):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA - PROCESSO ADMINISTRATIVO - CDC - RELAÇÃO DE CONSUMO - TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO - PUBLICIDADE ENGANOSA - RESPONSABILIDADE DA FORNECEDORA - MULTA APLICAOA - PROCON - IGUALDADE - REDUÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1 - As empresas que comercializam títulos de capitalização subsumem-se na categoria de fornecedores de produtos (art. 3º da Lei n. 8.078/90 do Código de Defesa do Consumidor). Os adquirentes desses títulos enquadram-se no conceito de consumidor, pois são os destinatários finais do produto adquirido, independentemente de terem realizado o negócio intermediado por corretores de seguro;

2 - Embora o corretor de seguros devida e de capitalização seja responsável pelos atos que praticar, não há dúvida que atua no interesse da empresa de capitalização, ao angariar clientes;

3 - O Código de Defesa do Consumidor consagrou o princípio da veracidade da publicidade de produtos e serviços, que encontra sustentação na boa-fé objetiva, uma vez que esta cria deveres positivos às partes contratantes, tais como segurança e clareza nas informações prestadas;

4 - Para que seja válida a intimação da pessoa jurídica por via postal, basta que seja endereçada ao local onde se encontra o estabelecimento, não sendo de se exigir a assinatura do representante legal da empresa no aviso de recebimento;

5 - O PROCON Municipal tem legitimidade para aplicar sanções administrativas se constatada a ilegalidade de condutas por meio de procedimento administrativo;

6 - Não há falar em ofensa ao princípio constitucional da ampla defesa e ao contraditório, se comprovado que, sob a ótica da regularidade formal, o procedimento na esfera administrativa que apurou a irregularidade e imputou

multa, tramitou sem qualquer vício, defeito ou ilegalidade.

7 - A fixação dos honorários advocatícios deve observar o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

APELAÇÃO CÍVEL N. 1.0702.10.003318-3/001 - COMARCA DE UBERLÂNDIA - APELANTE(S): SUL AMERICA CAPITALIZAÇÃO S/A - APELADO(A)(S): MUNICÍPIO UBERLÂNDIA - RELATOR. EXMO. SR. DES. WASHINGTON FERREIRA

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fls. 1.491-1.497):

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REEXAME DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não havendo no acórdão embargado quaisquer dos vícios elencados no art. 535 do CPC, os embargos declaratórios devem ser improvidos.

2. O julgador não está obrigado a se manifestar expressamente sobre todos os dispositivos e argumentos trazidos pela parte, se já houver encontrado motivos suficientes para fundamentar a sua convicção/decisão. Súmula: Rejeitar os embargos de declaração.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL N. 1.0702.10.003318-3/002 - COMARCA DE UBERLÂNDIA - EMBARGANTE(S): SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S/A - EMBARGADO(A)(S): MUNICÍPIO UBERLÂNDIA - RELATOR: EXMO SR DES WASHINGTON FERREIRA.

Em recurso especial, alega a insurgente a existência de violação dos arts. 20, § 4º, 128, 460 e 535 do CPC/1973; 34, 37, § 1º, 57, *caput* e parágrafo único, e 105 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Aduz, em síntese, que o Tribunal de origem violou os princípios do *non reformatio in pejus* e da adstrição ao majorar o valor da multa originalmente fixada pelo recorrido, sem que houvesse pedido específico a respeito.

Aponta, também, contradição e omissão do acórdão recorrido quanto ao parâmetro utilizado para mensurar o porte econômico da recorrente para fixação das multas e em relação à responsabilidade e aos aspectos levados em consideração pela instância *a quo* para conferir caráter enganoso à publicidade da recorrente.

Sustenta, outrossim, a responsabilidade autônoma dos corretores de capitalização; ausência de publicidade enganosa; incompetência do recorrido para aplicação de sanções e inobservância dos parâmetros legais para fixação das multas.

Requer, por fim, que seja reduzido o valor dos honorários advocatícios.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 1.529-1.562.

Parecer do Ministério Público Federal (e-STJ, fls. 1.577-1.583) pelo não conhecimento do recurso especial.

É o relatório.

Assiste razão à parte recorrente no ponto em que sustenta violação do art. 535 do CPC/1973, pois uma análise detida das decisões proferidas pelo Tribunal de origem (e-STJ, fls. 1.455-1.477 e 1.491-1.497), em cotejo com a petição inicial (e-STJ, fls. 1-22) e os recursos da Sul América Capitalização S.A. (e-STJ, fls. 1.337-1.355 e 1.480-1.486), revela que houve omissão no acórdão recorrido quanto aos questionamentos suscitados pela insurgente nos embargos de declaração, em especial acerca do suposto equívoco ao se referir a recorrente, Sul América Capitalização S.A. – Sulacap, à empresa Sul América Seguros S.A. para mensurar o seu porte econômico para fins de fixação das multas.

Com efeito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a parte deve vincular a interposição do recurso especial à tese de violação do art. 535 do CPC/1973, quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o Tribunal *a quo* mantém-se em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio *tantum devolutum quantum appellatum*, ou, ainda, quando persista desconhecendo omissão ou contradição arguida como existente no *decisum*.

Por estar configurada a agressão ao disposto no art. 535 da legislação processual anterior, correspondente ao art. 1.022 do CPC/2015, impõe-se a decretação de nulidade do acórdão que apreciou os embargos declaratórios, a fim de que os vícios sejam sanados.

No particular:

PROCESSUAL CIVIL. QUESTÃO RELEVANTE PARA A SOLUÇÃO DA LIDE. AUSÊNCIA DE VALORAÇÃO. OMISSÃO CONFIGURADA.

1. A ausência de valoração de tema relevante para a solução da lide configura omissão, nos termos do art. 535 do CPC.
2. Na leitura do acórdão recorrido conclui-se que houve omissão quanto à análise de pontos relevantes para o deslinde da controvérsia, em especial no que tange aos juros e correção monetária e à aplicação, na espécie, do art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com redação dada pela Lei 11.960/2009, que modificou os índices e forma de contagem dos juros e correção monetária nas condenações impostas à Fazenda Pública, sobre os quais, mesmo instado a se manifestar por meio dos Embargos de Declaração opostos, o Tribunal local permaneceu silente.
3. Caracterizada, assim, a violação do art. 535 do CPC, fica prejudicado o Recurso Especial interposto pela segurada.
4. Dou provimento ao Recurso Especial do INSS, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, para novo julgamento dos Embargos de Declaração, e julgo prejudicado o Recurso Especial de Marly Rodrigues Lins.

(REsp 1.337.055/PE, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/8/2012, DJe 11/9/2012)

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ARTIGO 535

DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO EXISTENTE.

1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no entendimento de que deve a parte vincular a interposição do recurso especial à violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o tribunal *a quo* persiste em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio *tantum devolutum quantum appellatum* ou, ainda, quando persista desconhecendo obscuridade ou contradição argüidas como existentes no *decisum*.

[...]

3. Não apreciadas as nulidades alegadas, impõe-se a declaração de nulidade do acórdão que julgou os embargos declaratórios, a fim de que o vício no *decisum* seja sanado.

4. Recurso provido.

(REsp 737.761/MG, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ de 4/6/2007)

Diante do acolhimento da tese de violação do art. 535 do CPC/1973, as demais questões suscitadas no apelo nobre ficam prejudicadas.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para anular o acórdão dos embargos de declaração e, via de consequência, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que se manifeste, expressamente, a respeito do quanto alegado pela via declaratória.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator